



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1480

BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA REPRESENTAÇÃO DA VIRGEM MARIA E DO SEU CULTO: Nicolau Dias e o Livro do Rosário de Nossa Senhora (1573)

André Rocha Cordeiro¹
(LERR/DHI/PPH - UEM)

Resumo. Propomos neste artigo realizar breves considerações da pesquisa em andamento acerca da representação de Maria e de seu culto, a partir da hagiografia Livro do Rosário de Nossa Senhora, escrita pelo dominicano Nicolau Dias (1525? – 1596), no ano de 1573 em Portugal. Nosso recorte espaço-temporal é delimitado pela nossa fonte, sendo portanto, Portugal do século XVI. Buscamos por objetivo geral compreender o modo que o culto a Virgem Maria é representado pelo teólogo, na referida obra, em consonância com o contexto histórico ao qual pertence o escrito hagiográfico, especialmente a Reforma Católica. Respalda-se na discussão acerca da história das religiões e religiosidades e dos conceitos de “lugar social” e “representação”, propostos por Michel de Certeau (1982) e Roger Chartier (1990; 1991), respectivamente, buscamos analisar como o discurso católico, incorporado por Nicolau Dias, expressa e representa o culto à Mãe de Deus. Compreendendo também nenhum documento é inócuo e/ou inocente, e que é resultante de toda uma conjuntura e construção que o faz compreensivo e expressão, buscamos compreender o processo de construção e “(re)afirmação do culto à Maria diante do contexto português, no século XVI. Fonte pouco estudada até o presente momento, o Livro do Rosário de Nossa Senhora (1573), em nossa perspectiva, é uma obra de expressão e relevância para os estudos da História das Religiões e Religiosidade, principalmente da História da Igreja Católica Portuguesa. Consideramos que o discurso empreendido por Nicolau Dias, apresenta o posicionamento da Igreja em Portugal, diante dos questionamentos levantados pelo protestantismo, que se alastrava pelo continente europeu.

Palavras-chave: culto mariano; Nicolau Dias; Portugal, Igreja Católica.

¹ Graduado no curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH-UEM). Integrante do Laboratório de estudos em religiões e religiosidades na Universidade Estadual de Maringá (LERR - UEM). E-mail: andrerochacordeiro@hotmail.com

Considerada pela Igreja Católica Apostólica Romana como a mãe de Deus, modelo de cristã e discípula fiel, Maria desde o início do cristianismo é objeto de culto e veneração por parte de fiéis. O culto à Maria, segundo Ludimila Campos, ganhou grande destaque e adeptos entre as primeiras comunidades cristãs, que se firmaram no Império Romano, devido à transferência de sentimento devocional das divindades femininas da religião greco-romana, mais especificadamente às deusas responsáveis pelo cultivo e terras (CAMPOS, 2012). Formas de expressão e de culto à Virgem Maria se materializaram através em diversas iconografias, templos, objetos, festas litúrgicas, dogmas e escritos hagiográficos, que perpassaram os tempos históricos e hoje são objetos pesquisa de diferentes ciências, entre elas a História.

A partir de tal esboço inicial, buscamos neste artigo, apresentar algumas considerações da pesquisa em andamento acerca da representação da Virgem Maria e do culto mariano em Portugal no século XVI, desenvolvida no Laboratório de Estudos em Religiões e Religiosidades (LERR – UEM). Nossa pesquisa objetiva compreender, por meio da obra o *Livro do Rosário de Nossa Senhora* (1573), de autoria do frade dominicano Nicolau Dias (1525? – 1596), como a Virgem Maria e seu culto foram representados neste contexto. Partimos do pressuposto e levamos em conta que dependendo das situações e dos aspectos históricos dos diversos grupos, a mãe de Deus, foi e ainda é representada de maneiras diversas, dependendo da maneira que estes apropriam a sua simbologia (ANDRADE, 2012, p. 243).

Sobre nossa fonte de pesquisa, podemos afirmar que poucos são os estudos que se debruçam sobre ela. Tal afirmativa se fez presente após a realização de um levantamento bibliográfico que realizamos no ano de 2014, durante o desenvolvimento de Projeto de Iniciação Científica (PIC/DHI), na qual constatamos que apenas dois trabalhos trabalham ou realizam menção ao *Livro do Rosário de Nossa Senhora* (1573), de Nicolau Dias.

O primeiro estudo que encontramos foi publicado em 2006 e é de autoria de António José de Almeida O.P., e intitulado “*As estampas das edições quinhentistas do Livro do Rosário de Nossa Senhora*”. Neste estudo, Almeida, realiza a análise de imagens em xilogravuras, que ilustram as edições de 1573, 1576, 1582 e 1583, em relação com os textos escritos nas diferentes edições.

Já o estudo de Leonara Delfino (2013), que é o segundo a qual encontramos menção a nossa fonte de pesquisa, verificamos que a autora aborda a devoção mariana do rosário no império ultramar português. Para tanto, a autora, utiliza a obra de Nicolau Dias e de Agostinho de Santa Maria, para justificar o uso e a prática da referida devoção na colônia portuguesa. Sendo assim, observamos que Almeida (2006) e Delfino (2013), ao se debruçarem sobre a referida obra, não se buscam estudar a representação e o culto mariano na perspectiva que objetivamos.

Sobre o autor da obra que utilizamos como fonte, as informações biográficas encontradas são restritas a textos introdutórios das várias edições do *Livro do Rosário de Nossa Senhora*, e principalmente da impressão fac-símile datada de 1982. Quanto ao local e data de nascimento de Nicolau Dias não existe consenso acerca desta informação, porém Marques (2000) e Almeida (2006) indicam o ano 1525, como provável para o nascimento do autor. Com relação ao ano de morte do frade dominicano, Rolo (1982) afirma que ocorreu em 06 de fevereiro de 1596, no convento da ordem em Lisboa.

Membro da Ordem dos Pregadores, fundada em 1215² por São Domingos de Gusmão (1140-1221), Nicolau Dias além de sacerdote era mestre em Santa Teologia. Segundo Raúl Rolo (1982), em 1571, o frade português participou do Capítulo Geral da Ordem, que se realizou em Roma, e na oportunidade, acredita-se que, conheceu o sumo pontífice Pio V (1504-1572 – papa desde 1566).

Provavelmente, deste contato com o papa, nasceu o desejo de escrever sua obra dedicada à devoção mariana do rosário, haja vista que Pio V era

² Segundo Faria (2010, p. 140), a Ordem dos Pregadores (latim, *Ordo Prædicatorum*, O. P.) foi fundada em 1215 por São Domingos de Gusmão (1140 – 1221), admitida por Inocêncio III (1161-1216, papa desde 1198) e confirmada por Honório III (1148 - 1227, papa desde 1216).

grande devoto do rosário, inclusive instituindo a festa litúrgica a tal devoção no ano de 1571, após a vitória dos cristãos sobre os turcos em Leopanto (DELFINO, 2012).

Importante ressaltar que pertencente à Ordem dos Pregadores, Nicolau Dias se demonstra fiel seguidor e expoente da própria proposta do santo fundador da ordem, São Domingos de Gusmão, ao se propor escrever e produzir obras com teor hagiográfico aos fieis de seu período. Vilar (2000, p. 228) afirma que, a palavra era um dos principais instrumentos de trabalho e missão dos dominicanos, para tanto a ordem inclinava-se na formação de pregadores e teólogos para tal empreitada, chegando a denominar-se popularmente como Ordem dos Doutores.

Além da sua formação enquanto pregador e teólogo da ordem de São Domingos, Marques (2000) afirma que, Nicolau Dias era grande devoto da paixão de Cristo e da Virgem Maria. Ainda segundo este autor, esta devoção à Jesus e a sua mãe teriam levado o frade dominicano a escrever, em 1580, o *Tratado da Paixão de Cristo Nosso Senhor*, e o *Livro do Rosário de Nossa Senhora*, em 1573.

Observando, dentro deste contexto, que Nicolau Dias é produtor de um discurso, buscamos compreender as influências do “lugar social” a qual o frade está inserido, na perspectiva da discussão de Michel de Certeau (1982). Segundo este historiador, todo indivíduo produtor de discurso, e que se dedicam à história, estão ligados às instituições a qual pertence, e que esta influencia o sistema dialético deste mesmo indivíduo.

Ainda segundo Certeau (1982, p. 66), os pensamentos e as ideias dos indivíduos estão ligados a lugares, sejam eles sociais, econômicos ou culturais. Para este autor, discursos e “lugares” mantêm uma relação na qual há existência de um capital simbólico, que é passível de ser “transmissível, susceptível de ser deslocado, acrescido ou perdido” (1982, p. 25).

Partindo metodologicamente do que é proposto por Michel de Certeau (1982), entendemos que existem “contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto” (1982, p. 66), bem como se

apresenta “impossível analisar o discurso histórico independente da instituição em função do qual ele se organiza silenciosamente” (CERTEAU, 1982, p. 71).

Dessa forma, podemos verificar que Nicolau Dias é produto e produtor de um discurso que estava em voga na instituição a qual pertence, a ordem dos pregadores e especialmente a Igreja Católica Apostólica Romana, pois “cada sociedade se pensa “historicamente” com os instrumentos que lhe são próprios” (CERTEAU, 1982, p. 78).

A IGREJA CATÓLICA NO SÉCULO XVI

Publicada no ano de 1573, o *Livro do Rosário de Nossa Senhora*, de Nicolau Dias se insere em um contexto de grande efervescência de discussões no campo religioso europeu. Questões relacionadas à matéria de fé eram contendas entre católicos e protestantes espalhados pelos diversos países da Europa. Por um lado a Igreja Católica buscava se reafirma e se reformar diante do cenário de consolidação do protestantismo, por outro lado as Igrejas Protestantes se desenvolviam e rebanhavam fiéis em diversas regiões (MULLET, 1985; DELUMEAU, 1989).

O século XVI historicamente foi marcado pela ruptura da hegemonia da Igreja Católica no campo religioso europeu, haja vista o advento das igrejas protestantes que nasceram a partir da reforma de Lutero. Dentre as várias críticas lançadas à Igreja, o culto e veneração aos santos e à Virgem Maria, eram questionados pelos reformados. Segundo Coelho Dias (1987), as devoções marianas foram duramente atacadas e ridicularizadas pelo protestantismo. Ainda segundo este autor, mesmo com as críticas à intermediação dos escolhidos de Deus, e especialmente àquela escolhida para ser a mãe do filho de Deus, a Igreja Católica, por meio da devoção mariana, promove e propõe a reação católica. Expressaram-se neste cenário: ritos, práticas, festas e devoções dedicadas à Maria. Algumas práticas devocionais foram criadas, e outras reafirmadas pelo papado, destacando-se a devoção ao rosário, à festa das Mercês e coroações à Virgem (COELHO DIAS, 1987, p. 229).

Diante de uma Europa que religiosamente sentia-se angustiada e sem perspectiva de salvação, devido às crises e guerras dos últimos séculos da idade média, católicos e protestantes, por meio de suas respectivas reformas, empreenderam atividade que objetivavam responder os anseios da cristandade. Segundo Jean Delumeau, “a Reforma Protestante primeiro, a Reforma Católica depois, se esforçam cada uma à sua maneira por responder a esta necessidade” (1989, p. 68).

Delumeau (1989) afirma ainda que, a hierarquia clerical, tanto alto clero como o baixo clero, estavam em descréditos devido aos posicionamentos e excessos cometidos por estes. A crise se fazia tamanha a ponto de autoridades leigas assumirem as responsabilidades acerca da religião em diversos reinos e regiões europeias. A necessidade de se reformar era pensada por intelectuais do período (WOORTMAN, 1997), e era consensual “que os abusos, especialmente na cúria papal, tinham de ser remediados e que o tom mundano que rodeava o papado e a Igreja tinha de ser removido pela prática dum puritanismo rigoroso, austero” (ELTON, 1982, p. 148).

Mesmo já dando indícios da necessidade de se reformar, a Igreja Católica somente entre os anos de 1545 e 1563, se propõe a responder os questionamentos do protestantismo e se firmar enquanto instituição religiosa. Segundo Delumeau (1989), o Concílio de Trento (1545 - 1563) foi a maior expressão desse movimento católico deste período de crise institucional. A partir de Trento foram propostas atitudes cristãs católicas diante do protestantismo.

Michel Mullet (1985), afirma que visando frear o alastramento do protestantismo pela Europa, bem como pelo “Novo Mundo” descoberto, a Igreja Católica institui seminários como lugares de formação de seu corpo clerical, reanima as políticas inquisitoriais, e aprova e oficializa a Sociedade de Jesus, fundada pelo espanhol Inácio de Loyola. Neste mesmo período o papado incentiva a produção artística e arquitetônica, principalmente com características do Renascimento Italiano (MULLET, 1985, p. 16).

Com relação ao campo das expressões artísticas é importante ressaltar que várias iconografias da Virgem Maria, de santos e santas foram

encomendadas e produzidas para as Igrejas. Segundo Edilene Diniz (2012), durante a época moderna a veneração aos eleitos de Deus resistiu às críticas protestantes e pedagogicamente eram utilizadas como proponentes de modelos cristãos aos fieis católicos.

Segundo Geoffrey Elton (1982, p. 66), “o ataque de Lutero desencadeou uma vigorosa guerra escrita”. Protestantes e católicos se utilizaram da imprensa e de sua agilidade em reprodução. Livros novos foram produzidos e livros já utilizados em momentos de conflitos foram atualizados, como o fora o Manual dos Inquisidores (BOFF, 1993, p. 14).

Dentre os livros produzidos tem-se o *Livro do Rosário de Nossa Senhora* (1573), que não era certamente, o primeiro livro de origem portuguesa a retomar e abordar a devoção mariana do rosário, mas, segundo Rolo (1982), “pelo seu estilo sóbrio e puro, pela sistematização, doutrina e adequado tratamento do assunto, tornou-se a obra clássica da literatura portuguesa sobre a matéria”.

Vale ressaltar que, como já afirmado, a Igreja Católica, neste período, investe em práticas, ritos e doutrinas que legitimam sua tradição e história enquanto instituição religiosa. Barnadas afirma que “ao mesmo tempo, a reação no Concílio de Trento à secessão dos protestantes na Europa promoveu ou enfatizou todo um conjunto de práticas que diferenciavam claramente a Igreja católica do protestantismo” (1999, p. 526), entre essas práticas, a promoção do culto à Virgem Maria.

Nesta perspectiva, podemos afirmar o culto à mãe de Deus foi utilizado como prática religiosa claramente católica diante do protestantismo, conforme aponta a historiadora Solange Ramos de Andrade,

Diferenças à parte, a Igreja Católica da época moderna estava marcada pelo espírito do Concílio de Trento, pela defesa do catolicismo frente ao avanço protestante. Era uma Igreja inquieta com a distância que a separava dos fiéis. E foi pelo espírito da missão que o projeto da Reforma católica penetrou nas colônias ibéricas. A evangelização pôde, então, contar com uma imagem que era símbolo da discordância entre católicos e protestantes: a Virgem Maria (2012, p. 246).

Diante da ampla difusão da imagem de Maria como símbolo católico, livros hagiográficos sobre ela foram produzidos por teólogos da Igreja. O fato de existirem outras obras acerca a temática mariana é admitida por Nicolau Dias, no escrito que usamos como fonte. Segundo o frade dominicano, outros livros do rosário foram produzidos por teólogos dominicanos, e que além de abordar a devoção, registraram narrativas milagrosas de devotos e fiéis que alcançaram graças por meio da recitação do rosário (DIAS, 1573, p. 289-383). As obras mencionadas por Nicolau Dias são de Alano da Rocha, Alberto de Castelo e Jerónimo de Taix.

O REINO DE PORTUGAL NO SÉCULO XVI

Além das questões religiosas e institucionais das Igrejas Católica e Protestante, neste mesmo contexto, século XVI, Portugal passava por mudanças. Dessa forma, as ações religiosas empreendidas pela Igreja Católica na Europa, especialmente a Reforma Católica, “não pode ser separada da história política do início da Europa moderna, especialmente com o acentuar da autoridade dos estados nacionais e territoriais” (MULLET, 1985, p. 65).

Considerado, neste período, um dos “Reinos Cristãos”, Portugal, por meio de seus monarcas toma atitude política diante do apelo da Igreja Católica na perspectiva de barrar o movimento protestante. Segundo Elvira Mea (1998), quando Paulo III (1468 – 1549, papa desde 1534) convocou o Concílio de Trento, D. João III, rei de Portugal, logo buscou representantes do reino para serem enviados às sessões conciliares.

Vale ressaltar que a influência das decisões tridentinas foi tamanha em no Reino português, que provocou modificações na política social, principalmente no que concerne a assistência aos necessitados pelas igrejas paróquias e o espírito caritativo destas. Em Portugal os “decretos tridentinos foram adoptados como lei em Portugal, reforçando a influência do direito canónico na legislação portuguesa e marcando o apogeu das relações entre Coroa e Papado” (MEA, 1998, p. 429).

Segundo João Pereira (1998), Portugal assim como outros reinos europeus, passaram por profundas modificações nas esferas dos poderes,

tanto laico civil como clerical. Enquanto a Igreja Católica promovia a sua reforma no campo religioso, a coroa monárquica se reorganizava, o que gerou novas maneiras articulatórias entre os poderes territoriais e novas ações sociais (PEREIRA, 1998, p. 139).

Estas novas articulações e a própria reorganização da coroa, provocou alterações na organização social do reino português, porém ideologicamente permanecia o imaginário medieval da sociedade baseadas nas três ordens, ou “tríade arcaica” (MAGALHÃES, 1997, p. 409; PEREIRA, 1998, p. 278). Mesmo com esta concepção de sociedade alicerçada nos três estados, a realidade social portuguesa não era confirmada por tal ideia, uma vez que, segundo Magalhães (1997), escapavam os mercadores, cidadãos e navegantes que estavam fora da antiga formatação social.

Magalhães (1997) afirma que, na realidade a organização social de Portugal era composta por dois grupos específicos: o primeiro era formado por oficiais e os peões, já o segundo constituído por senhores de títulos, escudeiros, altos oficiais, fidalgos e cavaleiros – a denominada gente mor.

No século XVI esta mesma sociedade teve um aumento populacional a ser considerado. No continente europeu, ou na metrópole, o surto populacional teve início um no século XV. Segundo José Dias (1998, p. 20) essa “tendência manteve-se, pelo menos até finais do século XVI”. Importante ressaltar que as alterações demográficas lusitanas foram marcadas pelo intenso fluxo migratório, tanto interno quanto externo, motivadas pela busca de oportunidades e condições de vida favoráveis, melhores possibilidades de renda e até sede de aventura (DIAS, 1998).

Segundo Marques (1998), juntamente com o contingente humano que se descolou para o território lusitano, vieram ideias e concepções culturais, especialmente do humanismo e renascimento italiano. Como já afirmado, acima, percebemos que neste período a relação papado e monarca português se mostra intensa. Tal relação fez com que Roma fosse local preferencial para as peregrinações religiosas portuguesas, especialmente a região de Pádua, na qual encontrava-se enterrado o corpo de santo Antônio, que era nascido em Lisboa. Marques afirma ainda que, “os laços religiosos e culturais faziam da

Itália o país mais freqüentemente visitado por portugueses no século XV” (MARQUES, 1998, p. 484).

Compreendemos dessa forma que o contexto mencionado interfere na produção do discurso de Nicolau Dias acerca do culto mariano, conforme abordar Certeau (1982). A partir desta concepção objetivamos, também, analisar e verificar de que forma o autor do *Livro do Rosário de Nossa Senhora* (1573), representa o culto a Virgem Maria no século XVI, diante da Reforma Católica. Ressaltamos novamente que, diante da situação de querelas entre católicos e protestantes, o uso da simbologia mariana como característica da Igreja, se expressou de várias formas (ANDRADE, 2012).

Partimos inicialmente do conceito de Representação proposto por Roger Chartier (1990; 1991), que consideramos fundamental para compreender o universo simbólico que compõe e na qual é composto o discurso de Nicolau Dias. Segundo Chartier (1991), este conceito está relacionado entre a ausência e a presença, bem como representação se apresenta enquanto uma construção a partir de algo ou alguém.

Construções de indivíduos, e também de grupos e instituições, as representações mesmo que se pretendam universais, não as são. Chartier afirma que, estas construções representativas “são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam” (1990, p.17). Não havendo neutralidade nessas construções, Chartier (1990) aponta para as concorrências e competições existentes entre as representações construídas. Além disso, estas construções não partem unicamente do indivíduo, mas partem também de um coletivo ou social, que produz e é produzido e representado (1983, p. 183).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cultuada desde o início do cristianismo a Virgem Maria, devido sua rica simbologia, foi representada de variadas formas ao longo da história pelos grupos e instituições (ANDRADE, 2012). Considerada mãe de Deus, Maria teve seu culto expresso pela Igreja Católica Apostólica Romana e pelos seus fieis através de iconografias, templos, objetos, festas litúrgicas, dogmas e escritos

hagiográficos, que perpassaram os tempos históricos e que hoje são objetos pesquisa de diferentes ciências, entre elas a História.

A pesquisa que estamos realizando, objetiva por meio de um texto hagiográfico, *Livro do Rosário de Nossa Senhora* (1573), escrito pelo frade dominicano Nicolau Dias, analisar como a Virgem Maria e seu culto foram representados em Portugal, no período quinhentista.

Símbolo de fé católica, o culto a Virgem Maria no século XVI é promovido como expressão da Reforma Católica e das diretrizes do Concílio de Trento, sendo possível verificar que o discurso da instituição religiosa católica é de combate ao protestantismo que se desenvolvia no continente europeu. A Virgem Maria é o estandarte católico no combate ao protestante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Fonte Impressa:

DIAS, Nicolau. *Livro do Rosário de Nossa Senhora*. Lisboa: Biblioteca Nacional, [1573], Ed. 1982.

Bibliografia:

ALMEIDA, António José de. *As Estampas das edições quinhentistas do Livro do Rosayro de Nossa Senhora de Fr. Nicolau Dias O.P.*. Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Marques - I Volume, Porto, p. 281– 290, 2006.

ANDRADE, Solange Ramos de. Devoções e santuários Marianos na História do Paraná. *Revista Angelus Novus*, nº 3, p. 239 – 260, maio de 2012.

BARNADAS, Josep M. A Igreja Católica na América Espanhola Colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: A América Latina Colonial (Volume II)*. São Paulo: EDUSP, 1999.

CAMPOS, Ludimila Caliman. Piedade popular no Cristianismo: a formação do marianismo na Antiguidade Tardia. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, nº 17, p. 19-28, jan/jun de 2012.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. Escrita e histórias. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

- CHARTIER, Roger. Introdução. In: CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL, 1990
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados: Instituto de Estudos Avançados - USP, São Paulo*, v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991.
- DELFINO, Leonara Lacerda. Senhora das Conquista e das Missões: Origens da Devoção da Virgem do Rosário como Santa Mãe Protetora dos Pretos no Ultramar. *Revista Ars Histórica*, nº 6, p. 107-127, ago./dez. 2013.
- DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da reforma*. Tradução de João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1989.
- DIAS, João José Alves. A população. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *Nova História de Portugal: Portugal do Renascimento à Crise Dinástica (Volume V)*. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- DIAS, João José Alves; BRAGA, Isabel M.R.M.D.; BRAGA, Paulo D.. A conjuntura. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *Nova História de Portugal: Portugal do Renascimento à Crise Dinástica (Volume V)*. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- ELTON, Geoffrey R.. *A Europa durante a Reforma: 1517-1559*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- FARIA, Ana Maria H. Leal de. Dominicanos. IN: FRANCO, José Eduardo (dir.), *Dicionário histórico das Ordens: institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*. Gradiva, 2010.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. A sociedade. In: MATOSSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. D. Sebastião. In: MATOSSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. As grandes tendências da cultura. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *Nova História de Portugal: Portugal do Renascimento à Crise Dinástica (Volume V)*. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- MARQUES, João Francisco. A palavra e o livro. IN: Carlos Moreira. (Dir.) *História Religiosa de Portugal (volume 2): humanismos e reformas*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2000.
- MEA, Elvira Cunha de Azevedo. A Igreja em Reforma. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *Nova História de Portugal: Portugal do Renascimento à Crise Dinástica (Volume V)*. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- MULLET, Michael. *A Contra-Reforma*. Lisboa: Gradiva, 1985.

PEREIRA, João Cordeiro. A estrutura social e o seu devir. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *Nova História de Portugal: Portugal do Renascimento à Crise Dinástica (Volume V)*. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

WOORTMANN, Klass. *Religião e ciência no renascimento*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.